

055

AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO À SAÚDE INFANTIL DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA REGIÃO SUL DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE: A SATISFAÇÃO DOS CUIDADORES.

Isadora S. Lempek, Cristine K. Kruse, Patrícia B. Neumann, Luciane da Silva, Pablo, L. Sturmer, Roselaine Murlík, Lucia N. Takimi, Airton T. Stein., Erno Harzheim. (Departamento de Medicina Social, UFRGS; Centro de Saúde Escola Murialdo, Escola de Saúde Pública/RS).

O Programa de Saúde da Família (PSF) é uma estratégia do governo federal que visa ampliar o acesso da população brasileira a serviços de atenção básica. Tem como uma de suas prioridades a atenção integral e continuada à saúde infantil. O objetivo deste estudo transversal era avaliar a satisfação com o PSF dos cuidadores de crianças menores de 2 anos. Foram selecionadas aleatoriamente crianças de 0-2 anos pertencentes ao cadastro de cada uma de 05 unidades da região sul de Porto Alegre (Morro dos Sargentos, Ponta Grossa, Alto Erxim, São Vicente Mártir e Chácara do Banco). O cuidador principal de cada uma das crianças foi entrevistado através de um questionário padronizado, aplicado por estudantes de medicina e enfermagem devidamente treinados. Foram avaliadas 161 crianças, com média de idade de 12 meses, 52% do sexo masculino e 64% de cor branca. A mãe era a cuidadora principal em 92,5% dos casos. Destas 161 crianças, 126 (78,3%) tinham o PSF como serviço de saúde de referência. A proporção cuidadores satisfeitos com cada um dos itens avaliados foi: facilidade de acesso a consulta (57,1%), tempo de espera (37,6%), cordialidade da recepção (73,6%), cordialidade do médico/enfermeira (92%), atenção dada às queixas (73,8%), exame físico (80%), confiança no profissional (74,6%), explicações quanto ao problema (73,8%), agendamento (54,8%), avaliação geral da consulta (72,2%). O grau de satisfação dos cuidadores foi maior em relação a aspectos relativos à consulta, enquanto aspectos relacionados ao acesso (tempo de espera, agendamento e facilidade de acesso à consulta) foram os itens com menor grau de satisfação. Sugere-se, portanto, a adoção de estratégias que facilitem o acesso às crianças menores de 2 anos.